

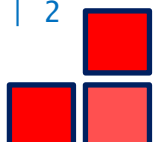
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMPLETAS

HIDRELÉTRICA CAMBARA S/A

2024

Sumário

RELATÓRIO DA DIRETORIA	3
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	4
BALANÇO PATRIMONIAL.....	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – DRE	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - DRA	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL	7
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - DFC.....	8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9

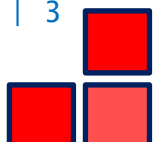


Relatório da Diretoria

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias vigentes, apresentamos e submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas encerradas em 31/12/2024.

Agradecemos a todos que ajudaram ativamente no crescimento da empresa durante esse ano, em especial aos acionistas, clientes, fornecedores e colaboradores pela dedicação e confiança depositada.

Nosso compromisso é a busca incessante do sucesso da organização através do trabalho em prol da sociedade, sempre respeitando as normas ambientais.



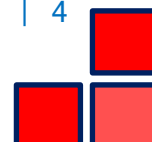
Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial

31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais – R\$)

	Notas	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	568	561
Consumidores	4	282	209
Outros Ativos		4	23
		854	793
Não circulante			
Ativo de direito de uso	5	1.168	1.183
Imobilizado	6	8.962	9.369
		10.130	10.551
		10.984	11.344
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		35	6
Obrigações sociais e trabalhistas		33	52
Impostos a recolher		11	19
Imposto de renda contribuição social		21	24
Passivo de arrendamento	7	35	31
		135	132
Não circulante			
Passivo de arrendamento	7	1.310	1.295
		1.310	1.295
Patrimônio líquido			
Capital social	8	8.380	8.380
Reservas de lucros	8	1.158	1.537
Total do patrimônio líquido		9.539	9.917
		10.984	11.344

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



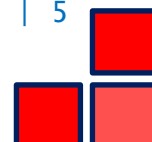
Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais – R\$)

	Notas	2024	2023
Receita líquida de venda de energia	9	2.707	2.130
Custo da geração de energia	10	(2.264)	(2.283)
Lucro bruto		443	(153)
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	10	(20)	(17)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		423	(170)
Receitas financeiras	11	69	45
Despesas financeiras	11	(104)	(103)
Resultado antes dos impostos		388	(228)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	12	(86)	(63)
Lucro líquido do exercício		302	(291)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



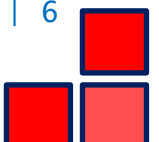
Demonstração do resultado abrangente - DRA

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais – R\$)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Resultado do exercício	302	(291)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>302</u>	<u>(291)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

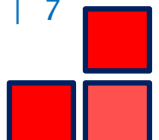


Demonstração das mutações do patrimônio líquido - DMPL

31 de dezembro 2024 e 2023
(Em milhares de reais – R\$)

Notas	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 1º de janeiro de 2023	8.380	684	1.144	-	10.208
Prejuízo do exercício	-	-	-	(291)	(291)
Absorção do prejuízo	-	-	(291)	291	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	8.380	684	853	-	9.917
Lucro líquido do exercício	-	-	-	302	302
Destinações					
Constituição de reserva legal	-	15	-	(15)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(72)	(72)
Dividendos complementares	-	-	(394)	(215)	(608)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	8.380	699	459	-	9.539

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



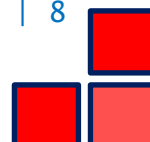
Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais – R\$)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	301	(291)
Ajustes para:		
Depreciação	441	434
Amortização do ativo de direito de uso	66	60
Despesas de juros de arrendamentos	103	102
Varição nos ativos e passivos		
Consumidores	(73)	(213)
Outros créditos	19	(22)
Fornecedores	29	(1)
Obrigações sociais e trabalhistas	(19)	-
Impostos a recolher	(8)	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(3)	(17)
Pagamento de juros dos passivos de arrendamento	(104)	(101)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	753	377
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de imobilizado	(34)	(40)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(34)	(40)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(680)	-
Pagamento dos passivos de arrendamento	(32)	(29)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(712)	(29)
Diminuição em caixa e equivalentes de caixa	7	(308)
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	561	253
Saldo final no caixa e equivalentes de caixa	568	561
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	7	308

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas às Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais – R\$)

1 Contexto operacional

A Hidrelétrica Cambará S.A. (“Cambará” ou “Companhia”), com sede em Jaciara - MT na Estrada Rio Tenente Amaral, SN - KM 22,7, Fazenda Jaciara, e com sede administrativa em Curitiba – PR, foi constituída em 23 de outubro de 2007 e tem como objeto social a exploração de atividades de produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. Encontra-se na bacia hidrográfica do rio Paraná, no município de Jaciara, estado de Mato Grosso. A potência instalada possui 3,5 MW, com 2,46 MW médios de garantia física de energia.

A Cambará recebeu originariamente a autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica em 20 de março de 2012, na modalidade de Pequena Central Hidrelétrica (PCH), com validade por 30 anos. A autorização para início da Operação Comercial foi emitida em 21 de dezembro de 2012. Em 06 de fevereiro de 2018 a Cambará obteve da ANEEL a Declaração de Registro de Central Geradora, passando com isso para a modalidade de Central Geradora Hidrelétrica (CGH) com prazo indeterminado.

O fluxo de caixa da Hidrelétrica Cambará S.A., no exercício de 2024, foi impactado pelo baixo preço do valor de energia no mercado livre, bem como ao fato da geração de energia ter ficado abaixo da média histórica devido ao volume de chuvas ter sido inferior à média da região quando comparado com períodos anteriores e conseqüentemente impactando no resultado financeiro.

Existe a expectativa no mercado, de que durante o ano de 2025, o valor da energia no curto prazo seja bastante superior ao praticado no ano anterior de 2024 e com perspectivas de elevação no 2º semestre do ano, a qual dependerá de fatores externos tais como aumento na demanda, nível de produção conforme volume pluviométrico, dentre outros fatores mercadológicos.

A Hidrelétrica Cambará S.A. possui alguns contratos fechados de venda de energia no longo prazo, contemplando os anos de 2025, 2026 e 2027, os quais, aliados a um bom volume de chuvas na região, trará melhor equilíbrio no fluxo de caixa e resultará num melhor resultado econômico da Companhia para os próximos 3 exercícios.

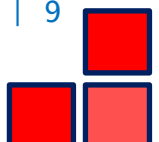
2 Políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando



indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável, provisão para liquidação de créditos duvidosos, provisão para contingências, entre outras.

Apesar de refletirem a melhor estimativa possível por parte da administração, a liquidação nas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão das imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.5 Reconhecimento de contrato de cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que estão atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Os registros das operações de venda no mercado livre e regulado são reconhecidos pelo regime de competência, de acordo com as informações contratuais.

2.6 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;

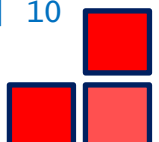
A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

2.7 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente foram apurados de acordo com a sistemática denominada lucro presumido, em que o imposto de renda é calculado sobre a presunção de 8% da receita bruta pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada sobre a presunção de 12% sobre a alíquota de 9%, reconhecidos pelo regime de competência.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes.

- **Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**



A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

2.8 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

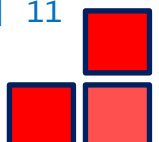
A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico redigido pela ANEEL (MCSE), das quais são revisadas periodicamente. A depreciação é reconhecida no resultado.

A Companhia opera na modalidade Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGH), prazo indeterminado de autorização para operação. Portanto, a Administração aplica de forma consistente as taxas determinadas pelo MCSE.

As taxas de depreciação estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Classes de imobilizado	Taxa de depreciação anual
Edificações obras civis e benfeitorias	3,33%
Máquinas, equipamentos e ferramentas	3,30% a 6,25%
Turbinas hidráulicas	2,50%
Painel de comando	4,00%
Móveis e utensílios	6,25%
Equipamento de informática	16,67%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de



balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.9 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA-instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

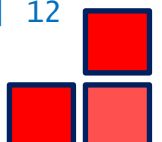
Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.



Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

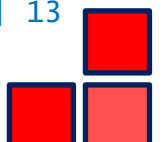
A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.



(iv) **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.10 Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32.

2.11 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

2.12 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

2.13 Caixa e equivalentes de caixa

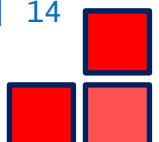
Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

2.14 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.15 Arrendamentos

No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.



(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

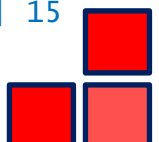
O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.



O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de informática. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

2.16 Normas e interpretações novas e revisadas pelo IASB

2.16.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

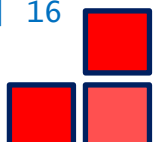
- Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7
- CPC 03 (R2) - Demonstrações fluxo de caixa
- CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações esclarecem as características dos
- Acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos.

Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.16.2 Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas.



3 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Caixa	2	2
Bancos	84	194
Aplicações financeiras (i)	<u>482</u>	<u>365</u>
	<u>568</u>	<u>561</u>

- (a) As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários, remuneradas a taxas de aproximadamente 98% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Por tratar-se de operações de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

4 Consumidores

Consumidores são valores a receber realizáveis em até 12 meses da data das demonstrações e é composto por fornecimento de energia conforme notas fiscais.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Consumidores	<u>282</u>	<u>209</u>
	<u>282</u>	<u>209</u>

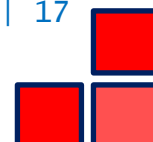
5 Ativo de direito de uso

Na transição para o CPC 06 (R2) - Arrendamento mercantil, a Companhia reconheceu ativos adicionais de direito de uso e passivos adicionais de arrendamento. O impacto na transição e a movimentação do período estão resumidos abaixo:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Terreno – contrato de arrendamento	1.182	1.191
Atualização de contrato	52	51
Amortização do ativo de direito de uso	<u>(66)</u>	<u>(60)</u>
	<u>1.168</u>	<u>1.182</u>

6 Imobilizado

	<u>2024</u>			<u>2023</u>	
	Taxa de depreciação % a.a.	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	17	-	17	17
Edificações obras civis e benfeitorias	3,33%	10.658	(3.833)	6.825	7.148
Máquinas, equipamentos e ferramentas	3,30% a 6,25%	1.113	(478)	635	650
Turbinas hidráulicas	2,50%	1.090	(327)	763	790
Painel de comando	4,00%	1.238	(526)	712	758
Móveis e utensílios	6,25%	20	(15)	5	6
Equipamento de informática	16,67%	<u>23</u>	<u>(19)</u>	<u>4</u>	<u>0</u>
		<u>14.159</u>	<u>(5.196)</u>	<u>8.962</u>	<u>9.369</u>



	Taxa de depreciação % a.a.	2023		2022
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	-	17	-	17
Edificações obras civis e benfeitorias	3,33%	10.658	(3.510)	7.148
Máquinas, equipamentos e ferramentas	3,30% a 6,25%	1.085	(435)	650
Turbinas hidráulicas	2,50%	1.090	(300)	790
Painel de comando	4,00%	1.238	(480)	758
Móveis e utensílios	6,25%	20	(14)	6
Equipamento de informática	16,67%	17	(17)	0
		14.125	(4.756)	9.369
				9.764

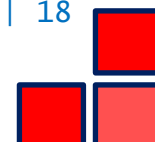
Movimentação do custo no exercício

	2024				2024
	2023	Adições	Baixas	Transferências	
Terrenos	17	-	-	-	17
Edificações obras civis e benfeitorias	10.658	-	-	-	10.658
Máquinas, equipamentos e ferramentas	1.085	44	15	-	1.113
Turbinas hidráulicas	1.090	-	-	-	1.090
Painel de comando	1.238	-	-	-	1.238
Móveis e utensílios	20	-	-	-	20
Equipamento de informática	17	6	-	-	23
	14.125	49	15	-	14.159

	2023				2023
	2022	Adições	Baixas	Transferências	
Terrenos	17	-	-	-	17
Edificações obras civis e benfeitorias	10.658	-	-	-	10.658
Máquinas, equipamentos e ferramentas	1.045	40	-	-	1.085
Turbinas hidráulicas	1.090	-	-	-	1.090
Painel de comando	1.238	-	-	-	1.238
Móveis e utensílios	20	-	-	-	20
Equipamento de informática	17	-	-	-	17
	14.085	40	-	-	14.125

Movimentação da depreciação no exercício

	2024				2024
	2023	Adições	Baixas	Transferências	
Edificações obras civis e benfeitorias	(3.510)	(322)	-	-	(3.833)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(435)	(43)	-	-	(478)
Turbinas hidráulicas	(299)	(27)	-	-	(327)
Painel de comando	(481)	(45)	-	-	(526)
Móveis e utensílios	(13)	(1)	-	-	(15)
Equipamento de informática	(18)	(1)	-	-	(19)
	(4.756)	(440)	-	-	(5.196)



	2023				2023
	2022	Adições	Baixas	Transferências	
Edificações obras civis e benfeitorias	(3.191)	(319)	-	-	(3.510)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(395)	(40)	-	-	(435)
Turbinas hidráulicas	(272)	(27)	-	-	(299)
Painel de comando	(435)	(46)	-	-	(481)
Móveis e utensílios	(12)	(1)	-	-	(13)
Equipamento de informática	(17)	(1)	-	-	(18)
	<u>(4.322)</u>	<u>(434)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.756)</u>

Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar problemas de recuperabilidade.

7 Passivo de arrendamento

A Companhia arrenda frações de terra onde está instalada a sua unidade hidrelétrica, contrato que tem seu prazo final no exercício de 2042. A taxa de desconto usada foi de 8,00% ao ano que é a taxa de incremental da Companhia.

	2024	2023
Arrendamentos		
Em 1º de janeiro	1.326	1.304
Atualização de contrato	52	51
Juros apurados	104	102
Amortização do arrendamento	(32)	(29)
Pagamento dos juros	(104)	(102)
	<u>1.345</u>	<u>1.326</u>
Em 31 de dezembro		
Circulante	35	31
Não circulante	1.310	1.295

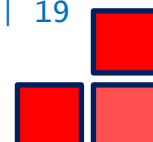
8 Patrimônio líquido

Capital social

O capital subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, no valor de R\$ 8.380 está representado por 838.023.936 ações de R\$ 0,01 (um centavo) cada uma.

Participação societária

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social encontrava-se distribuído entre os seguintes acionistas:



	Ação	Percentual %	Valor
Paineira Participações e Empreendimentos Ltda.	552.286.220	65,90	5.523
Electra Participações Ltda	75.417.637	9,00	754
Alberto de Andrade Pinto	37.708.818	4,5	377
Elisabete Klein	37.708.819	4,5	378
Roberto Anselmo Rubert	67.071.232	8,00	670
Safira Invest. E Partic. Ltda.-ME	33.915.605	4,05	339
Topazio Investimentos e Participações Ltda.	33.915.605	4,05	339
	838.023.936	100,00	8.380

Com a saída de sócios e entrada de novos, houve a transferência de ações entre sócios, em 31 de dezembro de 2024 o capital social encontrava-se distribuído entre os seguintes acionistas:

	Ação	Percentual %	Valor
Paineira Participações e Empreendimentos Ltda.	552.286.220	65,90	5.523
Electra Participações Ltda	75.417.637	9,00	754
Família Andrade Administração de Bens Próprios	37.708.818	4,5	377
Família Klein Administração de Bens	37.708.819	4,5	378
Roberto Anselmo Rubert	67.071.232	8,00	670
Safira Invest. E Partic. Ltda.-ME	33.915.605	4,05	339
Topazio Investimentos e Participações Ltda.	33.915.605	4,05	339
	838.023.936	100,00	8.380

Reserva legal

De acordo com Estatuto Social, dos lucros apurados no exercício social destinar-se-ão 5% (cinco por cento) para formação da reserva legal, limitando-se a 20% (vinte por cento) do capital social. A Administração efetuou a proposição de reserva legal relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 no valor de R\$ 15 (R\$ 0,00 em 2023).

Dividendos mínimos obrigatórios

De acordo com o Estatuto Social, dos lucros apurados no exercício, após constituição da reserva legal, serão destinados em montante não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) para dividendos mínimos obrigatórios, e a quantia remanescente será distribuída de acordo com a decisão dos sócios que representarem 64% do capital da Companhia deliberado em Assembleia Geral.

Durante o exercício de 2024, por meio da 24ª Assembleia Geral Ordinária, aprovada em 29 de Abril de 2024, foram distribuídos e pagos em moeda corrente do país, a título de dividendos o montante de R\$ 680 (R\$ 0,00 em 2023).

	2024	2023
Lucro/prejuízo líquido do exercício	301	(291)
(-) Reserva legal	(15)	-
Base para dividendos	286	-
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(76)	-
Dividendos adicionais	(215)	-
Absorção de prejuízos	-	291
	-	-

	<u>Dividendos pagos em 2024</u>	<u>Dividendos pagos em 2023</u>
Paineira Participações e Empreendimentos Ltda.	448	--
Electra Participações Ltda.	61	--
Alberto de Andrade Pinto	-	--
Elisabete Klein	-	--
Roberto Anselmo Rubert	54	--
Safira Investimentos e Participações Ltda.	28	--
Topázio Investimentos e Participações Ltda.	28	--
Família Andrade Administração de Bens Próprios	31	--
Família Klein Administração de Bens	31	--
	<u>680</u>	<u>--</u>

Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros corresponde a absorção do prejuízo do período ou a transferência dos lucros acumulados para a reserva de lucros deduzindo a reserva legal e distribuição de dividendos.

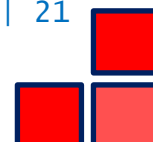
9 Receita líquida de venda de energia

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita bruta		
Receitas com venda de energia elétrica	<u>2.809</u>	<u>2.210</u>
Deduções		
Cofins sobre vendas	(84)	(66)
Pis sobre vendas	<u>(18)</u>	<u>(14)</u>
	<u>(103)</u>	<u>(80)</u>
	<u>2.707</u>	<u>2.130</u>

10 Custos e despesas por natureza

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Serviços de terceiros	(461)	(515)
Suprimento de energia elétrica	(20)	-
Salários e encargos	(274)	(392)
Depreciação	(440)	(434)
Custo de compra de energia elétrica - CCEE	(587)	(444)
Impostos e taxas	(368)	(331)
Manutenção de peças e equipamentos	(19)	(33)
Depreciação do ativo de direito de uso	(66)	(60)
Combustíveis	(48)	(91)
Outros custos e despesas	-	-
	<u>(2.284)</u>	<u>(2.300)</u>
Custos de geração de energia	(2.264)	(2.283)
Despesas gerais e administrativas	<u>(20)</u>	<u>(17)</u>
	<u>(2.284)</u>	<u>(2.300)</u>

11 Resultado financeiro líquido



	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	<u>69</u>	<u>45</u>
	69	45
Despesas financeiras		
Juros sobre passivo de arrendamento	(103)	(102)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-
Despesas bancárias	<u>(1)</u>	<u>(1)</u>
	(104)	(103)

12 Imposto de renda e contribuição social

Valores reconhecido no resultado do exercício e conciliação da alíquota efetiva.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrado como segue:

(i) Imposto de renda pessoa jurídica lucro presumido

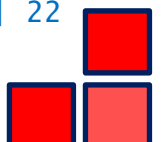
	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita com venda de energia elétrica	<u>2.809</u>	<u>2.120</u>
Presunção 8%	225	177
Receita financeira	69	45
Base de cálculo IRPJ Presumido	<u>294</u>	<u>222</u>
IRPJ 15%	44	33
Base de cálculo adicional IRPJ	54	20
Adicional IRPJ 10%	<u>5</u>	<u>2</u>
IRPJ a pagar	<u>49</u>	<u>35</u>

(ii) Contribuição social sobre lucro líquido lucro presumido

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita com venda de energia elétrica	<u>2.809</u>	<u>2.210</u>
Presunção 12%	337	265
Receita financeira	69	45
Base de cálculo CSLL Presumido	<u>406</u>	<u>310</u>
CSLL a pagar	<u>37</u>	<u>28</u>
IRPJ e CSLL – correntes	<u>86</u>	<u>63</u>

13 Provisão para contingências

A Companhia não mantém processos judiciais como polo passivo, com risco de perda possível ou provável. Desta forma a Administração entende não ser necessária a constituição de



provisão para eventuais perdas.

14 Instrumentos financeiros

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

14.1 Valor justo e classificação os instrumentos financeiros

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros foram os seguintes:

Bancos, aplicações financeiras, contas a receber, empréstimo e financiamentos e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil.

	2024		2023		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo						
Bancos	84	84	194	194	-	Custo amortizado
Aplicações financeiras	482	482	365	365	Nível II	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber	282	282	209	209	-	Custo amortizado
	<u>848</u>	<u>848</u>	<u>768</u>	<u>768</u>		
Passivo						
Fornecedores	35	35	6	6	-	Custo amortizado
	<u>35</u>	<u>35</u>	<u>6</u>	<u>6</u>		

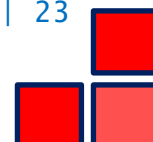
Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado a CGH.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados de manutenção com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais.

Risco de crédito

Risco de crédito é aquele onde a Companhia poderá incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, em razão da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do caixa e



equivalentes de caixa e demais instrumentos financeiros apresentados na demonstração financeira.

	Valor contábil	
	2024	2023
Bancos	84	194
Aplicações financeiras	482	365
Consumidores	282	209
	<u>848</u>	<u>768</u>

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas. Essas aprovações são estabelecidas a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o risco de perdas no caso de potencial falência de uma contraparte.

A exposição máxima do Companhia ao risco de crédito em relação aos saldos de bancos e aplicações financeiras do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é o valor contábil respectivo, conforme demonstrado na Nota 3.

O risco de crédito do cliente é administrado pela Companhia, estando sujeito a gerenciamento de risco de crédito do cliente. Os recebíveis de consumidores em aberto são monitorados regularmente e uma análise de redução ao valor recuperável é efetuada a cada exercício buscando avaliar as perdas de crédito esperadas.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é aquele em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

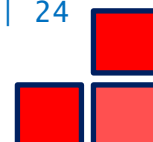
A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Instrumentos financeiros e depósitos bancários

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pelos acionistas, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Risco de mercado



Risco de mercado é aquele que sofre alterações nos preços de mercado, tais como taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é administrar e controlar as exposições a esses riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Exposição a riscos de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros (valor contábil) remunerados por juros da Companhia era:

Ativo	2024	2023
Aplicações financeiras	482	365

Análise de sensibilidade de valor justo para aplicações financeiras de taxa variável vinculadas ao CDI em 31 de dezembro de 2023:

Valor exposto	Risco	Provável	25%*	50%*
482	Queda do CDI	72	54	36
Impacto no resultado			(18)	(36)

(*) Conforme previsões de mercado, os índices de CDI considerados foram de 15,00%.

Valor justo

O justo valor dos ativos e passivos financeiros se equivalem aos respectivos valores contábeis.

15 Cobertura de seguros

Usina não possui seguro de riscos operacionais.

Paulo Henrique Gulin Gomes
Diretor
CPF: 033.948.829-81

Walter Camargo
Contador
CRC - PR 034155/O-9
CPF: 772.562.399-04

